

A Instalação das Escolas no Distrito Federal

Década de 1980



CADERNOS
RCC

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL
Ibaneis Rocha - Governador
Paco Britto - Vice-Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO
Hélvia Miridan Paranaguá Fraga - Secretária
Isaías Aparecido da Silva - Secretário Executivo

SUBSECRETARIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA DOS
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Maria das Graças de Paula Machado - Subsecretária

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO
DO TRABALHO PEDAGÓGICO E PESQUISA
Orlando Corrêa Matos Cerqueira Filho - Diretor

EDITORA-CHEFE
Raquel Oliveira Moreira (SEEDF)

EDITORAS ADJUNTAS
Andressa Marques da Silva (SEEDF)
Camilla Cristina Silva (SEEDF)

EDITORES DE SEÇÃO
Alzira Neves Sandoval (SEEDF)
Danilo Luiz Silva Maia (SEEDF)
Robson Santos Câmara Silva (SEEDF)
COMITÊ GESTOR
Adriana Almeida Sales de Melo (UnB)
Ana Cláudia Nogueira Veloso (SEEDF)
Gilvan Charles Cerqueira de Araújo (SEEDF)
Henrique César de Oliveira Fernandes (SEEDF)
Ingrid Dittrich Wiggers (UnB)
Maria das Graças de Paula Machado (SEEDF)
Orlando Corrêa Matos Cerqueira Filho (SEEDF)
Remi Castioni (UnB)

CONSELHO EDITORIAL
Adriana Almeida Sales de Melo (UnB)
Bruno Portigliatti (FCU)
Célio da Cunha (UCB)
Frederico Augusto Barbosa da Silva (IPEA)
Girleene Ribeiro de Jesus (UnB)
Gustavo Henrique Moraes (INEP)
Ingrid Dittrich Wiggers (UnB)
Jaqueline Moll (UFRGS)
José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque (UFC)
Lêda Gonçalves de Freitas (UCB)
Maria Helena Guimarães de Castro (UNICAMP)
Odorico Ferreira Cardoso Neto (UFMT)
Ormezinda Maria Ribeiro (UnB)
Raquel Nery Lima Bezerra (UFBA)
Remi Castioni (UnB)
Rosemary Dore Heijmans (UFMG)

FOTO DA CAPA
Arquivo público - Plano Piloto de Brasília

DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO FINAL
Danilo Luiz Silva Maia

IMPRESSÃO
Secretaria de Estado de Educação
Tiragem: 900 exemplares

ISSN 2359-2494

A Revista *Com Censo* (RCC) é um periódico científico, de acesso livre, que adota o processo de avaliação por pares (*peer review*), fundado em 2014 e publicado trimestralmente desde 2016.

O periódico é vinculado à Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF), Brasil.

As opiniões veiculadas nos trabalhos publicados em edições da RCC são de responsabilidade exclusiva de seus (suas) autores(as) e não representam necessariamente a posição da revista ou da SEEDF.

A revista promove o uso de estatísticas educacionais, especialmente dos dados censitários relativos ao desenvolvimento de políticas públicas na área de educação.

As edições publicadas e a lista do corpo de pareceristas da revista encontram-se em:

www.periodicos.se.df.gov.br/index.php/comcenso

■ ÍNDICE

174 LISTA DE SIGLAS

■ A INSTALAÇÃO DAS ESCOLAS NO DISTRITO FEDERAL: DÉCADA DE 1980

176

Vanessa de Paula Reis, Lucilene Dias Cordeiro e Adriana Maria Barbosa Machado

■ APÊNDICE

186

Escolas criadas na década de 1980

188

Relação de escolas criadas na década de 1980 e que iniciaram suas atividades anteriormente

207

Relação de escolas que iniciaram as atividades em 1980

251

Relação de escolas que iniciaram as atividades em 1981

281

Relação de escolas que iniciaram as atividades em 1982

287

Relação de escolas que iniciaram as atividades em 1983

300

Relação de escolas que iniciaram as atividades em 1984

310

Relação de escolas que iniciaram as atividades em 1985

347

Relação de escolas que iniciaram as atividades em 1986

355

Relação de escolas que iniciaram as atividades em 1987

366

Relação de escolas que iniciaram as atividades em 1988

376

Relação de escolas que iniciaram as atividades em 1989


■ Lista de siglas

BIA	Bloco Inicial de Alfabetização do Ensino Fundamental
CAUB	Conglomerados Agrourbanos de Brasília
CD	Conselho Diretor
CED	Centro Educacional
CEDF	Conselho de Educação do Distrito Federal
CEEDV	Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais
CEF	Centro de Ensino Fundamental
CEI	Centro de Educação Infantil
CIL	Centro Interescolar de Línguas
CILC	Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia
COMEL	Condomínio Mansões Entre Lagos
COOPA/DF	Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal
COPERBRÁS	Companhia Avícola e Pecuária de Brasília
CREC	Coordenação Regional de Ensino de Ceilândia
CRESo	Coordenação Regional de Ensino de Sobradinho
DEx.	Diretor Executivo
DGP	Diretoria Geral de Pedagogia
DINFE	Diretoria de Informações Educacionais
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal (até junho de 1976 era apenas DF)
EC	Escola Classe
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural
FEDF	Fundação Educacional do Distrito Federal
GAB	Gabinete
GDF	Governo do Distrito Federal
GPAV	Gerência de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação Educacional
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
Inep	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
nº	Número
NOVACAP	Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil
PAD-DF	Programa de Assentamento Dirigido do DF
PDOT	Plano Diretor de Ordenamento Territorial
PROEM	Promoção Educativa do Menor
Profª	Professora
RCG	Regimento de Cavalaria de Guarda
SE ou SEDF	Secretaria de Educação do Distrito Federal
SEC	Secretaria de Educação e Cultura
SEE ou SEEDF	Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal
SEGETH	Secretaria de Estado Gestão do Território e Habitação
SEI	Sistema Eletrônico de Informações
SES	Secretaria de Estado de Saúde
SINJ-DF	Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal
SINPRO	Sindicato dos Professores
SUBEP	Subsecretaria de Educação Pública
SUPLAV	Subsecretaria de Planejamento, Acompanhamento e Avaliação

Siglas dos endereços

AOS	Área Octogonal Sul (Sudoeste)
CPC ou CP Comunitária	Caixa Postal Comunitária
EPTG	Estrada Parque Taguatinga/Guará
EQN	Entrequadra Norte (Asa Norte)
EQNL	Entrequadra Norte L (Taguatinga)
EQNN	Entrequadra Norte N (Ceilândia)
EQNN	Entrequadra Norte L (Taguatinga)
EQNP	Entrequadra Norte P (Ceilândia)
EQR	Entrequadra residencial (Candangolândia)
PIQ	Projeção Interna da Quadra
QE	Quadra Externa (Guará)
QELC	Quadras Econômicas Lúcio Costa (Guará)
QI	Quadra Interna (Lago Sul e Norte)
QNL	Quadra Norte L (Taguatinga)
QNM	Quadra Norte M (Taguatinga / Ceilândia)
QNN	Quadra Norte N (Ceilândia)
QNO	Quadra Norte O (Ceilândia)
QNP	Quadra Norte P (Ceilândia)
QS	Quadra Sul
S/N	Sem número
SGAN	Setor de Grandes Áreas Norte (Asa Norte)
SGAS	Setor de Grandes Áreas Sul (Asa Sul)
SH	Setor Habitacional
SHIN	Setor de Habitações Individuais Norte
SQN	Superquadra Norte (Asa Norte)
VC	Trecho de rodovia vicinal (Paranoá)

— A instalação das escolas no Distrito Federal: Década de 1980

 *Vanessa de Paula Reis* *
Lucilene Dias Cordeiro **
Adriana Maria Barbosa Machado ***

Resumo: Este trabalho apresenta o levantamento das unidades escolares públicas existentes na década de 1980 no Distrito Federal, dada a necessidade de preencher a lacuna de informações sobre as escolas nesse período. É também apresentado um breve histórico sobre os órgãos responsáveis pela educação na década, as reformas ocorridas e o impacto na educação do Distrito Federal. O estudo está fundamentado em documentos oficiais e registros encontrados em uma intensa pesquisa documental sobre essas instituições educacionais. Foram pesquisadas 77 Unidades de Ensino que foram criadas na década de 1980. Todas as informações são apresentadas, quando possível, com as datas das alterações, criações e extinções de cada unidade de ensino, citando os respectivos dispositivos legais da época até os dias de hoje. Nos casos onde a pesquisa não encontrou amparos legais, apresentamos o que foi possível levantar de informação de tal forma a esclarecer ao máximo possível a evolução de cada escola. À medida que documentos, relatos e informações reconhecidas sejam localizados, as informações poderão ser revistas e atualizadas.

Palavras-chave: Criação de escolas. Década de 1980. Educação em Brasília. Fundação Educacional do Distrito Federal. Histórico de escolas públicas no Distrito Federal.

* *Vanessa de Paula Reis* é graduada em Matemática pela Universidade Católica de Brasília (1993), e em Análise de Sistemas pela Universidade Católica de Brasília (2000), pós-graduada em Gestão Escolar pela Universidade Castelo Branco (2005). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: vanessa.sedf2015@gmail.com.

** *Lucilene Dias Cordeiro* possui graduação em Matemática pela Universidade de Brasília (1986), graduação em Estatística pela Universidade de Brasília (1990) e mestrado em Demografia pela Universidade Federal de Minas Gerais (1998). Professora da Secretaria de Estado de Educação do DF. Contato: lucilenecordeiro@gmail.com.

*** *Adriana Maria Barbosa Machado* é graduada em Pedagogia - Administração Escolar pela Universidade Católica de Brasília e pós-graduada em Língua Portuguesa, pela Universo. Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. Contato: adriana.machado@edu.se.df.gov.br.

Introdução

O objetivo deste artigo é dar continuidade ao trabalho de levantamento de escolas existentes no Distrito Federal (REIS; CORDEIRO, 2021), apresentando as unidades escolares públicas existentes na década de 1980 no Distrito Federal. Para tanto, o artigo será fundamentado em documentos oficiais e registros encontrados em uma intensa pesquisa documental sobre essas instituições educacionais. Este artigo pretende contribuir no preenchimento dessa lacuna, com informações sobre o início e a evolução do sistema educacional público, trazendo documentos oficiais e registros sobre instituições educacionais que funcionavam ou foram criadas na década de 1980.

Todas as informações são apresentadas, quando possível, com as datas das alterações, criações e extinções de cada unidade de ensino, citando os respectivos dispositivos legais da época até os dias de hoje. Além disso, estes dados são dispostos com a seguinte composição: escolas criadas à época e ativas até hoje; as inativas; as extintas posteriormente e também aquelas transformadas ou incorporadas.

Assim, este trabalho está estruturado da seguinte forma: inicialmente é apresentado um breve histórico sobre os órgãos responsáveis pela educação na década, as reformas ocorridas e o impacto na educação do Distrito Federal. Em seguida, apresenta-se, a lista das escolas que existiam à época ou que foram criadas na década de 1980 (Quadro 1, Apêndice). Por fim, faz-se um histórico com informações sobre estas escolas e, quando for o caso, os dados atualizados de 2021 dessas unidades de ensino. Em casos onde a pesquisa realizada não encontrou amparos legais apresenta-se o que foi possível levantar de informação de tal forma a esclarecer ao máximo possível a evolução de cada unidade escolar aqui apresentada. As informações sobre endereço, situação de funcionamento, localização dentre outras, resultantes do Censo Escolar da Educação Básica, levantamento estatístico anual coordenado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – Inep, que reúne as informações declaradas pelas Unidades de Ensino. Ressaltamos que as informações poderão ser revistas na medida em que novos documentos forem encontrados.

Histórico

A década de 1980 foi palco de acontecimentos e movimentos marcantes no cenário brasileiro e mundial. Do ponto de vista econômico, ficou conhecida como a década perdida, por conta da estagnação econômica, do baixo crescimento do PIB e da acentuada inflação no período, acontecimentos contrários aos vividos na década anterior marcada pela expansão econômica.

Com a crise instalada, sob o ponto de vista político, aumentou a pressão sobre o governo militar por eleições resultando no movimento “Diretas Já” (REIS, 2020).

A década de 1980 foi marcada por transições em diversas áreas, que a partir de então levou o Brasil a mudanças socialmente necessárias à economia, política e educação. Nesses anos 80, o seu principal e/ou mais importante marco, foi a transição de um modelo político ditatorial para um modelo de redemocratização. A partir deste, pensou-se o Brasil com importantes mudanças na organização e ação da sociedade civil (SILVA; BEZERRA; SANTOS, 2017, p. 2)

Nesse contexto, um dos principais ganhos da população brasileira nos anos de 1980 foi a promulgação da Constituição Federal em 1988. Conhecida como “Constituição Cidadã”, por receber emendas populares absorvendo grande parte das reivindicações do movimento de “Participação Popular na Constituinte” (ROCHA, 2008). Na área educacional, estabeleceu medidas relacionadas à educação, tais como a responsabilidade entre as esferas públicas com relação aos diferentes níveis de ensino, a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação e o estabelecimento de um Plano Nacional de Educação, além de enfatizar a educação básica, onde se encontravam a educação infantil, fundamental e o ensino médio, defendendo a escola pública e eficiente (FÁVERO; HORTA; FRIGOTTO, 1992; SILVA; BEZERRA; SANTOS, 2017).

A Constituição de 1988 inclui dispositivos importantes relacionados à política educacional. Entre outras medidas estabelece uma distribuição mais clara das responsabilidades entre as esferas públicas com relação aos diferentes níveis de ensino (art. 211); amplia o percentual da receita resultante de impostos a ser aplicado em educação (art. 212); limita a transferência de recursos públicos para as escolas privadas (art. 213); dispõe sobre a elaboração de uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 22, XXIV) e sobre o estabelecimento de um Plano Nacional de Educação (art. 214). Foi intensa a participação de grande número de entidades da sociedade civil nos debates ocorridos por ocasião dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte, assim como na preparação e discussão do projeto da LDB e seus substitutivos (FÁVERO; HORTA; FRIGOTTO, G. 1992, p. 6).

A política educacional se mostrou presa à transição político-econômica, do declínio do regime militar para a “redemocratização”, cuja herança foi a expansão do sistema escolar público sem o devido investimento, resultando na deterioração da qualidade do ensino, na redução dos salários dos professores, na falta de insuínos básicos e na contratação de profissionais sem a devida qualificação para exercer o magistério (PORTAL MEMÓRIAS DA DITADURA, [s.d]).

A volta das eleições diretas para governador, em 1982, possibilitou certa autonomia aos estados para

a implantação de políticas educacionais próprias, além de fortalecer a participação na construção das definições e perspectivas para a política educacional brasileira.

[...] ao mesmo tempo que fortaleceu a participação dos estados na definição de perspectivas para a política educacional brasileira, ampliando a possibilidade de consenso sobre as novas propostas educacionais para o país, que agora se pautavam na modernização educativa visando à preparação de mão de obra adequada as necessidades do mercado globalizado (PORTAL EDUCAÇÃO, 2022).

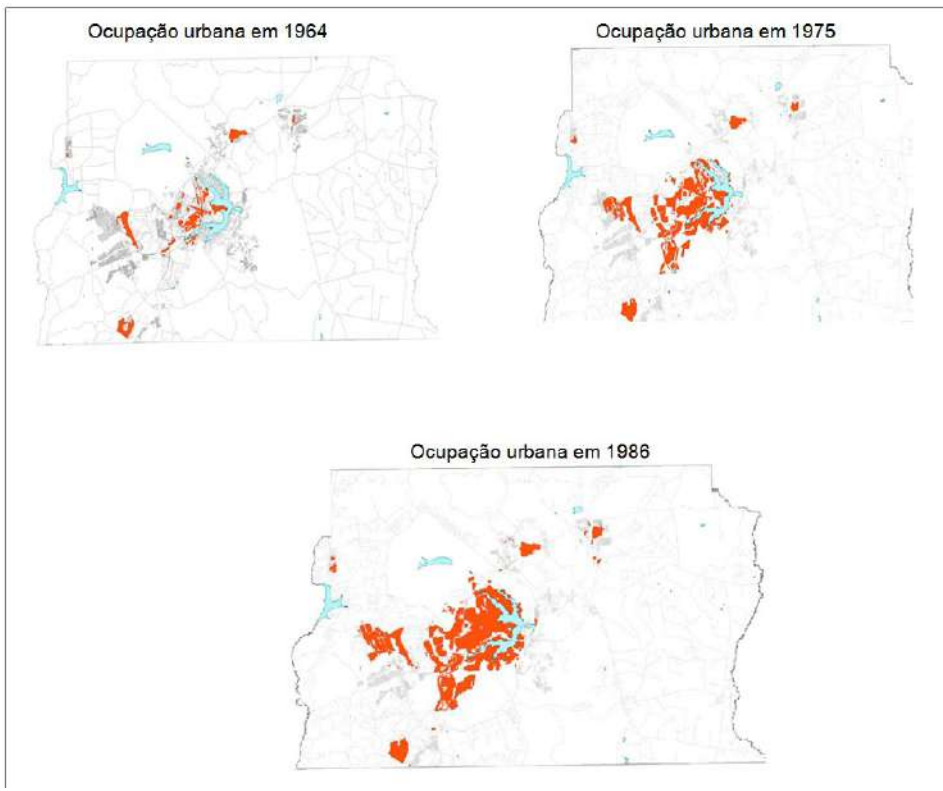
No Distrito Federal, na década de 1980, há que se destacar o fluxo migratório que, iniciado em anos anteriores, continuou intenso, principalmente de pessoas em busca de oportunidades na nova capital e nas áreas limítrofes. Neste contexto, o sistema educacional continuou sofrendo o impacto de uma demanda crescente em todas as etapas de ensino Figura 1.

Na área educacional o crescimento populacional impôs demandas, como a necessidade de ampliação da oferta de ensino para atender o fluxo de imigrantes para a região, intensificada pela carência de unidades escolares para o enfrentamento de uma realidade de distorções idade-série já existente dos alunos que já eram atendidos no DF (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 85; DISTRITO FEDERAL, 1985a, p. 16).

Dentro deste contexto, providências de natureza corretiva foram tomadas ao longo dos anos, e essa correção gradativa resultou na redução, em 1982, do atraso médio para apenas 0,3 anos (DISTRITO FEDERAL, 2001; p. 97).

Em 16 de maio de 1980 foi lançado, pelo Governador Aimé Lamaison, o Plano de Educação e Cultura do Distrito Federal, para o período 1980-1983, que pela primeira vez integrava as duas funções da secretaria: a educação e a cultura (Figura 2). O lançamento foi realizado na solenidade de comemoração dos 20 anos do Centro Interescolar Caseb e da instalação da rede oficial de ensino no Distrito Federal. O Plano foi aprovado pelo Parecer nº 14/80, do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF) (MUSEU DA EDUCAÇÃO, 1980; DISTRITO FEDERAL, 1980, p. 110).

Figura 1 – Ocupação urbana do Distrito federal. Anos 1964, 1975 e 1986



Fonte: Distrito Federal, 2007.

Figura 2 – Divulgação do lançamento do primeiro Plano de Educação e Cultura 1980-83



Fonte: MUSEU DA EDUCAÇÃO, 1980.

Segundo o documento, a política educacional estava norteada por vários princípios distribuídos em sete programas e respectivos subprogramas. O programa 1- Oportunidades educacionais, por exemplo, tratou do indivíduo e do dever social da educação e o comprometimento da rede oficial com a obrigatoriedade e gratuidade do ensino de 1º grau para a população de 7 a 14 anos (DISTRITO FEDERAL, 1980).

Em 1981 foi apresentado o relatório de atividades descrevendo o cenário um ano após o lançamento do Plano Educacional, mostrando que nem todos os projetos foram deflagrados, uma vez que, alguns estavam previstos para 1980, e outros seriam desencadeados no decorrer dos anos de 1981 e 1982 (DISTRITO FEDERAL, 1981).

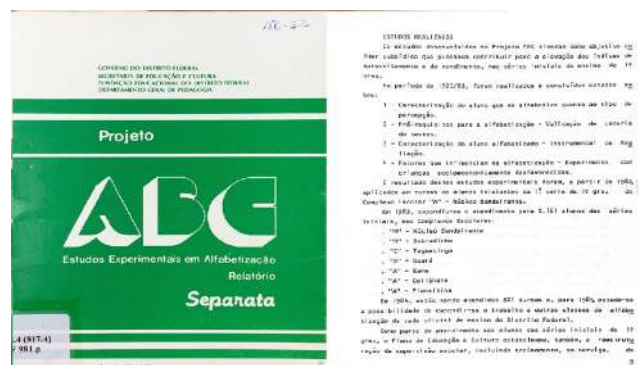
Em 1984, foi aprovado pelo Parecer nº 111/84 o Plano Quadrienal 1984/87 de educação e Cultura, dando continuidade ao plano executado no triênio anterior (1980/83). Nesse plano, pode-se destacar a ênfase nos problemas educacionais da área rural, onde se encontravam as menores taxas de escolarização, maiores índices de evasão e de repetência, bem como a população da periferia urbana, definida como área de concentração de população mais carente nas cidades satélites, sendo essas localidades, em grande parte o destino da maioria de migrantes que se dirigiam para o Distrito Federal em busca de oportunidades (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 111; DISTRITO FEDERAL, 1984a, p.285).

Em junho de 1987, foi aprovado pela Resolução nº 02/87, do Conselho de Educação do Distrito Federal (CEDF), o Plano Quadrienal de Educação (PQE), para o período 1987-1990, cujas metas eram: estabelecer as prioridades político-pedagógicas da rede pública, reorganizar a máquina burocrático-administrativa, mobilizar e motivar profissionais, estudantes e comunidade, além de prever recursos financeiros a serem investidos na educação pública do DF, ou seja, tinha como prioridade o resgate do ensino público do Distrito Federal (ROSSI, 1990; DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 113, 114).

De acordo com Tolentino (2007), o Distrito Federal, assim como outros sistemas educacionais estaduais e municipais, mudaram o sistema de séries para ciclos de formação, na busca por alternativas para o enfrentamento da grave situação de reprovação e evasão escolar vivenciada principalmente nos anos iniciais do ensino fundamental. Os ciclos consistiam em agrupamento a cada três anos, conforme as fases de desenvolvimento da criança. No início da década de 80 o Projeto ABC (1984) e no final da década o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA).

O Projeto ABC surgiu a partir de estudos sobre alfabetização realizados entre 1978 e 1979. Como esses estudos não possibilitaram conclusões que fossem utilizadas nas séries iniciais do ensino fundamental foi decidido inserir no Plano de Educação e Cultura do

Figura 3 - Projeto ABC. Estudos Experimentais em Alfabetização



Fonte: Distrito Federal, 1984a.

Distrito Federal – 1980/83, um projeto específico – o Projeto ABC (DISTRITO FEDERAL, 1984b). De acordo com o relatório sobre o Projeto, em 1982, os estudos experimentais foram aplicados na 1ª série do 1º grau do Complexo Escolar “A” – Núcleo Bandeirante, se estendendo a outros Complexos no ano seguinte e com perspectivas de expansão a outras classes de alfabetização (Figura 3).

De acordo com o histórico apresentado na Recomendação nº 04/87 – CEDF, em meados da década de 1960, a rede oficial adotou o esquema de fases e etapas, correspondendo a 1ª fase às duas primeiras séries, do então ensino primário, subdivididas em quatro etapas. A 2ª fase correspondia à 3ª série e finalmente a 3ª fase, à 5ª e 6ª. Em 1969, retornou-se ao controle equivalente ao regime seriado incluindo a reprovação. A partir de 1986, para o equivalente à 1ª série, universalizou-se o Ciclo Básico de Alfabetização, que, em 1987, englobaria a 2ª série (DISTRITO FEDERAL, 1987).

Como mencionado anteriormente, com a finalidade de buscar alternativas voltadas para a correção de índices elevados de reprovação/evasão escolar nas séries iniciais do 1º grau, o Distrito Federal, em 1986, voltou a implantar o Ciclo Básico de Alfabetização (CBA). Esta proposta pedagógica consistia basicamente na ausência do fenômeno reprovação. A reorganização das atividades iniciais do 1º grau tinha como finalidade assegurar ao aluno o domínio da leitura e escrita, respeitando seu ritmo de atividade. Basicamente, no sistema de Ciclos as séries iniciais são agrupadas em dois, três ou quatro anos num só bloco, que é subdividido em etapas, onde as atividades educacionais se desenvolvem de forma diferenciada daquelas do sistema seriado, com características próprias. (CARVALHO, 2015; DISTRITO FEDERAL, 1987; DISTRITO FEDERAL, 1989).

Em 1986, firmou-se um acordo¹ entre o Sindicato dos Professores e Secretaria de educação do Distrito Federal (SEDF), no qual o diretor, cargo de confiança, de cada unidade escolar da Fundação educacional do Distrito Federal (FEDF) deveria ser eleito por voto secreto. Este acordo se deu em 01 de março, firmando que esta

eleição deveria ser realizada até o dia 14 de novembro daquele ano. No entanto, os eleitos não tinham habilitação específica para exercerem o cargo, conforme preconizava a Lei nº 5.692/71, assim como na Resolução nº 01/74 – CEDF (DISTRITO FEDERAL, 2001, p.112).

Assim, a FEDF, propôs à SEEDF a instituição de uma direção colegiada, em caráter experimental, pelo período de três anos, nas escolas onde os professores eleitos não eram habilitados e que deveriam passar a ser dirigidos por um Conselho Diretor, conforme a Resolução nº 06/85, publicado no DODF nº 21 de 30/01/1986. (DISTRITO FEDERAL, 2001, p.113; DISTRITO FEDERAL, 1986).

Neste contexto, o CEDF aprovou sua implantação em 84 escolas. No entanto, devido às diversas interpretações sobre o artigo 9 da referida Resolução, apenas após Parecer jurídico da Procuradoria Jurídica definindo que o cargo de diretor pedagógico não era função comissionada, foi possível o início das indicações dos diretores pedagógicos (Figura 4) (MUSEU DA EDUCAÇÃO, 1986).

Figura 4 – Sobre o processo de implantação de direção colegiada no Distrito Federal em 1986. Problemas e soluções



Fonte: MUSEU DA EDUCAÇÃO, 1986, p. 4.

De acordo com DISTRITO FEDERAL (1992), o Conselho Diretor de Estabelecimentos de Ensino da rede oficial encerrou suas atividades em 1988, sem pronunciamento quanto a sua continuação pela área executiva.

A década de 1980 também foi época de criação da Escola do Parque da Cidade - PROEM, do Centro para Educação Profissional – Ceilândia - CET- Ceilândia, da Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais de Educação – EAP, assim como da aprovação da proposta de educação de jovens adultos na rede de ensino do Distrito Federal.

O PROEM surgiu como um projeto experimental e se firmou como a primeira escola de horário integral, tendo como missão promover a integração escolar e social do aluno. Essa escola foi criada com a denominação “Escola do Parque da Cidade – PROEM” a partir da

Resolução nº 453 de 18 de fevereiro de 1981 (SEEDF, 1985, p. 427).

Em 18 de março de 1985, foi autorizado o funcionamento da Escola do Parque da Cidade Promoção Educativa do Menor - PROEM pelo Parecer nº 34/85 – CEDF. Neste documento, a instituição foi descrita como aquela:

[...] que reflete sobretudo a consciência crítica dos problemas educacionais da atualidade. Na redefinição de concepções e objetivos consagrados pela escola convencional, na construção de uma escola aberta, em termos de currículos e funcionamento está seu grande mérito – preservação do direito inalienável do menor à educação, cuja história de vida exige tratamento especial, diferente do oferecido no ensino regular (DISTRITO FEDERAL, 1985b)

Inicialmente chamado de Projeto “Promoção Educativa do Menor - PROEM”, ele foi proposto para atender menores trabalhadores culturalmente desfavorecidos. Atualmente, é voltado para a Educação Integral e a inclusão de jovens em situação de vulnerabilidade pessoal e social. Seus alunos tem idade entre 11 e 18 anos, e se encontram em defasagem idade/série, ou em situação de risco pessoal e social. Em 2000, pelo Decreto nº 21.397- GDF, de 31/07, passou a integrar a estrutura orgânica da Secretaria de Estado de Educação. Atualmente sua denominação é Escola do Parque da Cidade – PROEM.

O Centro para Educação Profissional – Ceilândia foi criado pela Resolução nº 453, de 18/02/1981, sendo inaugurado em 21/05/1981, começando suas atividades neste mesmo dia. Em 11/08/1982, através da Resolução nº 787-CD, sua denominação foi alterada para Centro de Educação para o Trabalho – CET. A justificativa para aprovação do Plano de Funcionamento foram os problemas relacionados aos elevados índices de defasagem, ao ingresso de menores no mercado de trabalho, às condições socioeconômicas da população, dentre outros. Dentre as análises apresentadas pelo Parecer nº 45/85, Processo nº 030.002.539/85 temos na Figura 5.

Atualmente a instituição é denominada Centro de Educação Profissional – Escola Técnica de Ceilândia, fazendo parte da estrutura da Secretaria de Estado de educação do Distrito Federal.

De acordo com FIGUEIREDO (2006), a existência da Educação de Jovens e Adultos remonta aos tempos coloniais, com as missões de religiosos e missionários empenhados em catequizar, instruir e evangelizar os índios. Durante o período colonial os jesuítas fundaram escolas, mas direcionadas aos filhos dos colonos, com clara denotação elitista. De lá até os anos de 1980, esta modalidade de ensino, passou por vários desafios, principalmente na época da ditadura, em que:

O golpe militar impediu a continuidade de diversos programas

Figura 5 – Parecer nº 45/85

-146-

Parecer nº 45/85-CEDF
Processo nº 030.011931/85

Assim, o Plano de Funcionamento do Centro de Educação para o Trabalho - CET - Ceilândia, da rede oficial de ensino do Distrito Federal, localizada à QM 14 - Área Especial, Ceilândia, DF.

As outras providências.

7 - **RECOMENDADO** - pelo presente processo, a Fundação Educacional do Distrito Federal, mediante aprovação do Plano de Funcionamento do Centro de Educação para o Trabalho - CET - Ceilândia, localizada à QM 14 - Área Especial - Ceilândia, DF.

8 - **RECOMENDADO** - pelo presente processo, a Fundação Educacional do Distrito Federal, mediante aprovação do Plano de Funcionamento do Centro de Educação para o Trabalho - CET - Ceilândia, localizada à QM 14 - Área Especial - Ceilândia, DF.

De acordo com a justificativa do CDF, as ações das entidades do Distrito Federal são recomendadas por ato do Secretário de Educação e Cultura, mediante aprovação do Plano de Funcionamento por este Conselho, sendo que o ato, se aprovado, é considerado como autorização de funcionamento.

II - **ANÁLISE** - 1. A justificativa do Plano de Funcionamento encontra-se em estudos realizados pela Fundação Educacional do Distrito Federal que apresentam, como principal problema educacional de Ceilândia, "a situação de idade /idade, o ingresso de pessoas no ensino de trabalho e a ausência de atividades produtivas e educacionais".

Recomenda-se a esses programas para justificar a implantação de um curso de alfabetização para o trabalho na rede oficial de ensino, as condições socioeconômicas da população e as diretrizes do primeiro educacional de Secretaria de Educação e Cultura, quanto à presença da comunidade carente do meio urbano (12a, 2a).

2 - 3 - **RECOMENDADO** - pelo presente processo, a Fundação Educacional do Distrito Federal, mediante aprovação do Plano de Funcionamento do Centro de Educação para o Trabalho - CET - Ceilândia, localizada à QM 14 - Área Especial - Ceilândia, DF.

3 - **OUTRO ASPECTO** das condições do CET e a adequação do processo ensino-aprendizagem com a produção, pelo Conselho do CDF, que o estabelecimento tenha características de uma escola-produtora, contendo, a não ser das aulas, condições para o ensino de alfabetização, alfabetização, pois, propiciando

Fonte: DISTRITO FEDERAL, 1984b, p. 148.

de alfabetização, pois eram encarados como uma ameaça para o governo. Somente foram liberados programas conservadores e de caráter assistencialista (FIGUEIREDO, 2006, p. 13).

Com a reabertura política nos anos 80, programas e projetos foram implantados, assim como vários que se encontravam suspensos, restaurados, reavaliados ou atualizados. Como exemplo disso, a educação de jovens e adultos, que passou por diversas mudanças e suspensões de programas durante o regime militar. Nesse período o governo criou o Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBRAF cuja principal característica foi o de estar alinhado aos interesses políticos vigentes. No entanto, em meados da década de 1980, este programa se encontrava desgastado, sendo então extinto e substituído pelos programas Fundação Educar, Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos (EJA) (FIGUEIREDO 2006, p. 15).

Neste contexto, no Distrito Federal, a partir da análise de dados existentes sobre o ensino supletivo, fruto do documento “Avaliação Diagnóstica da situação dos Cursos Supletivos, com Avaliação no Processo em Funcionamento no Distrito Federal – Secretaria de Educação e Cultura (1984)” (Figura 4) (Distrito Federal, 1986, p.154), foi encaminhado ao CDF a proposta de educação de adultos para a rede oficial de ensino do Distrito Federal, sendo aprovado pelo Conselho. O Processo (nº 030.011931/85) foi então homologado e publicado no Diário Oficial do Distrito Federal - DODF nº 58 de 26/03/1986, p. 9 (Figura 6) (DISTRITO FEDERAL, 2022b).

No Distrito Federal, um fato a ser destacado foi a

Figura 6 – Parecer nº 27/86 – CEDF que trata da proposta de educação de adultos

-147-

Parecer nº 27/86-CEDF
Processo nº 030.011931/85

Pela aprovação da Proposta de Educação de Adultos, para a rede oficial de ensino do Distrito Federal com as recomendações da conclusão.

I - **HISTÓRICO** - Através do presente processo, o Excelentíssimo Senhor Secretário de Educação e Cultura encaminhava ao egrégio Conselho de Educação do Distrito Federal Proposta de Educação de Adultos, para a rede oficial de ensino do Distrito Federal, com vistas à aprovação.

Proveniente do Departamento Geral de Pedagogia - DEPE, esclarece a titular daquele órgão que a proposta, em apreço, baseia-se na análise de dados existentes sobre o ensino supletivo, bem como nos depoimentos de administradores, professores e alunos, que traduzem suas necessidades e desejos. Fundamenta-se em uma nova concepção de educação de adultos, que visa à promoção humana, ao exercício da cidadania e à participação política. Acrescenta que a mesma encontra-se em consonância com as recomendações da X Conferência de Educadores do Distrito Federal, realizada em 1985, cuja tenência geral constitui-se no "Desafio do Ensino Supletivo no Distrito Federal".

A Proposta de Educação de Adultos, ora enviada para apreciação, constitui-se dos seguintes tópicos: apresentação, diagnóstico, fundamentos, posicionamento, objetivo da educação de adultos, operacionalização, função suplência, função suprativa, função qualificadora, que se fazem acompanhar do respectivo detalhamento, e dos anexos - nívelamento e componentes curriculares das Fases II, III e IV.

Convém assinalar que as Propostas Curriculares vigentes, até então, na rede oficial de ensino foram aprovadas pelos Pareceres nºs 83/84-CEDF (Fases II e III) e nº 217/84-CEDF (Fase IV) e que o presente processo está inscrito nos termos das Resoluções nºs 01/77, 04/84, 03/85, 05/85 deste Conselho, bem como do Parecer 190/84-CEDF.

Fonte: Distrito Federal, 1986, p.154.

organização dos movimentos populares de Ceilândia em meados de 1980, desencadeada a partir do resultado de projetos de pesquisa de estudantes da Universidade de Brasília (UnB), realizados na região, que resultou na reivindicação da comunidade na alfabetização de adultos, além da continuidade dos estudos no supletivo Fase II, da Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal:

Dentre outras ações, que foram ressurgindo a partir do final da década de 1970 e início de 1980, destaca-se mais uma vez a iniciativa dos estudantes da UNB, nesse momento, alunos/as7 de mestrado da Faculdade de Educação, que realizaram seus projetos de pesquisa na cidade-satélite de Ceilândia, em 1985, com alunos da Escola Normal8, em turmas de alfabetização de jovens e adultos. Uma das dissertações, especificamente, consistiu em estudo teórico-metodológico das propostas de alfabetização de Paulo Freire, por meio da observação direta da atuação das normalistas em uma turma de alfabetização de adultos. O resultado desta pesquisa não se reduziu à produção das dissertações dos mestrandos, mas desencadeou um processo de organização dos movimentos populares de Ceilândia na reivindicação por alfabetização de adultos e, por continuidade dos estudos no supletivo Fase II, da Rede Oficial de Ensino do Distrito Federal (COSTA; OLIVEIRA; MACHADO, 2019, p. 89-90).

Na segunda metade dos anos 1980, além da observação de movimentos populares em prol da alfabetização tanto de adultos como de jovens, foi um período

marcado pela atuação de órgãos oficiais e de “outros atores que surgiram no cenário da alfabetização”:

No contexto do final do Regime Militar até os anos 1990, no Distrito Federal, observa-se uma dinâmica de atuação dos órgãos oficiais e dos movimentos populares em alfabetização não mais apenas de adultos, mas de jovens e adultos. A experiência iniciada pelos mestrados da UnB na década de 1980, foi sendo assumida por outros atores que surgiram no cenário dessa proposta de alfabetização: jovens de grupos da Igreja Católica, militantes estudantis secundaristas e pessoas ligadas a outros movimentos Alfabetização de jovens e adultos no distrito federal – disputas de concepções nas décadas de 1950 a 1990 da sociedade civil, o que resultou na criação do Centro de Educação Paulo Freire de Ceilândia (Cepafre), em setembro de 1989, uma Organização Não Governamental (ONG), que continua até os dias de hoje, atuando não apenas na frente de alfabetização de adultos, mas em outras defesas que envolvem os movimentos populares (COSTA, OLIVEIRA e MACHADO, 2019, p. 90-91).

Cabe ressaltar que o que hoje é EJA foi chamado, por muito tempo, de ensino supletivo.

A mudança de “ensino supletivo” para “Educação de Jovens e Adultos” não é mera atualização vocabular. Houve um alargamento do conceito ao mudar a expressão de ensino para educação. Enquanto o termo “ensino” se restringe à mera instrução, o termo “educação” é muito mais amplo, compreendendo os diversos processos de formação ARROYO (2011, apud VASQUES, ANJOS e SOUZA, 2019, p. 2).

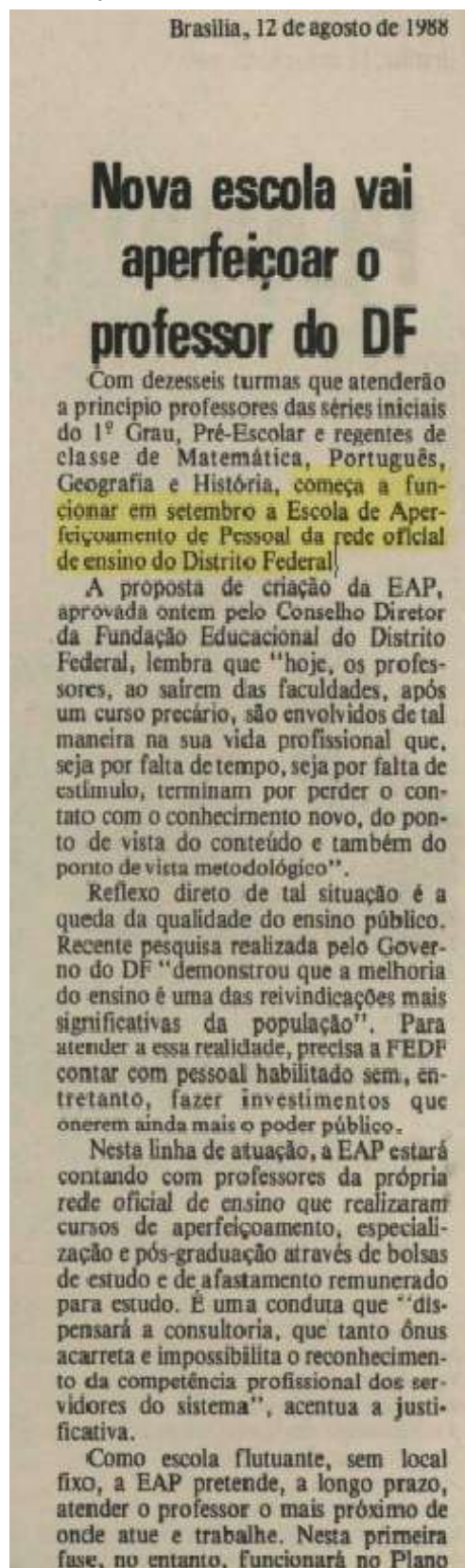
No ano de 1988, foi criada a Escola de Aperfeiçoamento Educacional – EAP, pela Resolução nº 2.416 daquele ano, com a finalidade de promover o aperfeiçoamento de professores das séries iniciais, da 5ª a 8ª e também do 2º grau da Fundação Educacional do Distrito Federal.

Em matéria apresentada no Jornal Satélites² em 12/08/1988, há divulgação da proposta de criação da EAP, aprovada pelo Conselho Diretor (Figura 7). Na edição no mesmo Jornal no dia 16/09/1988, é publicada mais informações sobre o funcionamento da escola, bem como os integrantes da comissão que está implantando a Escola de Aperfeiçoamento (Figura 8).

Em 16/11/1988 é publicado no DODF nº 237 (19/12 do mesmo ano), a alteração no artigo 1º do Regimento da EAP, com alteração no nome da escola para Escola de Aperfeiçoamento de Pessoal da Fundação Educacional do Distrito Federal – EAP, ampliando sua finalidade de promover o aperfeiçoamento profissional de especialistas, professores e demais servidores da FEDF (DISTRITO FEDERAL, 2022c)

Em 1993 foi fechada, por cerca de dois anos, sendo oficialmente recriada em 1997 a partir da Lei nº 1.619, de 22 de agosto, de autoria da Câmara Legislativa do

Figura 7 – Jornal Distrito Federal de 12/08/1988. Apresentação da proposta aprovada da criação da EAP



Fonte: Distrito Federal, 12/08/1988, p 08.

Figura 8 – Jornal Distrito Federal de 16/09/1988 – Escola vai aperfeiçoar professor. Detalhes da EAP e a Comissão Especial de Implantação da Escola.



Fonte: Distrito Federal, 16/09/1988

Figura 9 – Complexos Escolares extintos e regionais criados segundo Resolução nº 2.391 de 19/06/1988

VINCULAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	VINCULAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO
Complexos "A", "B" e "C" de Brasília e "A" do Cruzeiro	Diretoria Regional de Ensino do Plano Piloto e do Cruzeiro
Complexos Escolares "A" do Núcleo Bandeirante e "A" do Guará	Diretoria Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante e Guará
Complexos "A", "B" e "C" de Gama	Diretoria Regional de Ensino do Gama
Complexos "A", "B", "C" e "D" de Taguatinga	Diretoria Regional de Ensino de Taguatinga
Complexos "A", "B" e "C" de Ceilândia	Diretoria Regional de Ensino de Ceilândia
Complexos "A" de Brazlândia	Diretoria Regional de Ensino de Brazlândia
Complexos "A" e "B" de Sobradinho	Diretoria Regional de Ensino de Sobradinho
Complexos "A" de Planaltina	Diretoria Regional de Ensino de Planaltina

Fonte: Distrito Federal, 2001, p.113.

Distrito Federal – CLDF e sancionada pelo governador Cristóvão Buarque, com a denominação Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE (AMORIM, SILVA, 2022; DISTRITO FEDERAL, 2022d).

Em 29/06/1988, o Conselho Diretor, através da Resolução nº 2.391, publicado no DODF nº 177, de 16/09/1988, atendeu à necessidade de reestruturação do sistema educacional. Foram extintos os Complexos Escolares, criados em 1976, e então criadas as Diretorias Regionais de Ensino (DREs) (DISTRITO FEDERAL, 2022e; Figura 9).

E, no ano seguinte, pela Lei nº 60, de 05/12/89, publicada no DODF de 06/12/88, é extinta a Regional de Ensino do Núcleo Bandeirante e Guará e são criadas as Regionais de Ensino do Núcleo Bandeirante e do Guará, da Fundação Educacional do Distrito Federal (DISTRITO FEDERAL, 2022f).

Considerações finais

Este estudo procurou apresentar dinâmica educacional na década de 1980, dando continuidade ao trabalho de levantamento de escolas existentes no Distrito Federal nesse período. Nesse sentido buscou apresentar sucintamente eventos que afetaram o sistema educacional existente naquela década.

A década de 1980 foi um período de acontecimentos e movimentos importantes no Brasil e no mundo. No Brasil, a crise econômica acentuou a crise política, com a pressão sobre o governo militar, culminando entre outros eventos, no movimento "Diretas Já" e a promulgação da Constituição Federal em 1988. Foi um período de intensa migração para o interior do país. Neste contexto, o Distrito Federal, que já experimentava a chegada de migrantes, continuou a receber fluxos migratórios oriundos de várias regiões do país, principalmente do nordeste e centro-oeste, de pessoas e famílias inteiras que vinham em busca de oportunidades na nova capital e nas áreas limítrofes.

Na área educacional o crescimento populacional impôs a necessidade de ampliação de oferta, além da busca de soluções para realidade de distorções existentes dos alunos que já eram atendidos no DF ocorridas desde o início da construção de Brasília, para atender a crescente demanda das comunidades que, cada vez mais, exigiam garantias de políticas educacionais que atendessem suas necessidades. São criados programas como os Planos Quadrienais, o projeto ABC, o sistema de ciclos, dentre outros.

Cabe destacar a educação de jovens e adultos que ainda hoje é uma modalidade atuante, consequência das distorções e evasões ainda existentes.

Outro destaque é a Escola de Aperfeiçoamento dos Profissionais da Educação – EAPE, criada nos anos de 1980, entre dificuldades e instabilidades, atualmente tem papel importante na formação continuada dos profissionais da SEEDF.

Foram pesquisadas 77 Unidades de Ensino que foram criadas na década de 1980. Atualmente, 73 delas (94,81%) estão ativas e 4 (5,19%) inativas. Ressaltamos ainda que, do total dessas escolas, 60 (77,92%) são urbanas, 17 (22,08%) foram criadas como unidades escolares rurais.

E, assim como nos estudos das décadas anteriores, nos casos onde a pesquisa não encontrou amplos

legais, apresentamos o que foi possível levantar de informação de tal forma a esclarecer ao máximo possível evolução de cada escola. No entanto, ressaltamos que,

à medida que documentos, relatos e informações reconhecidas sejam localizados, as informações poderão ser revistas e atualizadas. ■

Notas

¹ Desse acordo derivaram as normas complementares para eleições dos diretores dos Complexos escolares (DISTRITO FEDERAL, 2001, p. 112).

² A edição do Jornal Satélites circulava com o DF Diário Oficial.

Referências

AMORIM, Livia; SILVA, Luciana A. do nascimento. **Formação continuada docente em tempos de ensino remoto emergencial**: a colaboração da Eape. VII CONEDU - Conedu em Casa. Campina Grande: Realize Editora, 2021. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/80755>. Acesso em: 10/06/2022.

ANDRADE, Salete Pereira de; MOCROSKY, Luciane Ferreira. **Alfabetização e ciclo de aprendizagem**: Compreensões dialogadas. In: Revista Temporis[ação]. Disponível em: <https://bit.ly/3ARopkm> Acesso em: 24/05/2022.

ARROYO, M. **Educação de Jovens e Adultos**: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: GIOVANETTI, M.; GOMES, N.; SOARES, L. (Orgs). *Diálogos na Educação de Jovens e Adultos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

CARVALHO, Aline Nogueira de. **Os Ciclos de Aprendizagem em Brasília e seu contexto de ampliação (1963 – 2014)**. Dissertação de Mestrado. Instituto de educação. Universidade de Lisboa. 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3PcBSI4> . Acesso em: 23/05/2022.

COSTA Cláudia Borges; OLIVEIRA Leila Maria de Jesus; MACHADO, Maria Margarida. **Alfabetização de jovens e adultos no Distrito Federal** – Disputas de concepções nas décadas de 1950 a 1990. In: Revista Brasileira de Alfabetização – ABAlf. Belo Horizonte, MG, V.1, n.11, p. 79-99, jul./dez. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3yydtW6> . Acesso em: 07/06/2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim 15**, Pareceres 1980. Brasília, p. 110.

DISTRITO FEDERAL. **Plano de educação e cultura do Distrito Federal 1980-83**. Relatório do 1º ano de execução. Brasília, 1981.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim 19**, Pareceres 1984. Brasília, 1984a.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. Projeto ABC. **Estudos Experimentais em Alfabetização**. Relatório Separata. Brasília, 1984b.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. **Educação para a democracia**. Proposta educacional para o Distrito Federal (versão preliminar). Brasília, setembro de 1985a, p. 16.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação e Cultura. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim 20, Pareceres 1985**. Brasília, 1985b, p. 122.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação do Distrito Federal. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Boletim 21, Pareceres 1986**. Brasília, 1986, p. 154.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação do Distrito Federal. Conselho de Educação do Distrito Federal. **Recomendação nº 04/87** - CEDF. Brasília, 03/09/1987.

DISTRITO FEDERAL. Jornal Distrito Federal. **Nova escola vai aperfeiçoar o professor do DF**. Brasília, sexta-feira, 12/08/1988, p. 8. Disponível em: <https://bit.ly/3z2mtEd> . Acesso em: 09/06/2022.

DISTRITO FEDERAL. Jornal Distrito Federal. **Escola vai aperfeiçoar professor**. Brasília, sexta-feira, 16/08/1988. p. 5. Disponível em: <https://bit.ly/3Rwu31i> . Acesso em: 09/06/2022.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Educação do Distrito Federal. Departamento Geral de Pedagogia. **Documento-Síntese norteador para implementação do Ciclo Básico de Alfabetização – CBA**. Orientação Pedagógica nº 4. Brasília, 1989.

DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Estado de Educação. **40 anos de educação em Brasília**. Brasília: Subsecretaria do

- Planejamento e de Inspeção de Ensino, 2001. Disponível em: <https://bit.ly/2Tzj0J2>. Acesso em: 19/05/2022.
- DISTRITO FEDERAL. **III. Dinâmicas territoriais**. Plano Diretor de Ordenamento Territorial do Distrito Federal - Documento Técnico, Versão Final. Novembro/ 2007, p. 26 a 51. Disponível em: <https://bit.ly/3RxlfrP> . Acesso em: 18/05/2022.
- DISTRITO FEDERAL. **Projeto Político Pedagógico Professor Carlos Mota**. Brasília. 2012. Disponível em <http://escolas.se.df.gov.br/fde/images/ppp.PDF>. Acesso em: 19/05/2022.
- DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). **Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal - SINJ-DF**. 2022a. Disponível em: <https://bit.ly/3uNDdN7> . Acesso em: 25/05/2022.
- DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). **Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal - SINJ-DF**. 2022b. Disponível em: <https://bit.ly/3P4MatG> . Acesso em: 01/06/2022.
- DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). **Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal - SINJ-DF**. 2022c. Disponível em: <https://bit.ly/3IAyB2q> . Acesso em: 09/06/2022.
- DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). **Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal - SINJ-DF**. 2022d. Disponível em: <https://bit.ly/3IEpLkA> . Acesso em: 09/06/2022.
- DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). **Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal - SINJ-DF**. 2022e. Disponível em: <https://bit.ly/3z08PSe>. Acesso em: 13/06/2022.
- DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF). **Sistema Integrado de Normas Jurídicas do Distrito Federal - SINJ-DF**. 2022f. Disponível em: <https://bit.ly/3PcCNlw> . Acesso em: 13/06/2022.
- FÁVERO, Osmar; HORTA, José S. B.; FRIGOTTO, Gaudêncio. **Políticas educacionais no Brasil: desafios e propostas**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, nº83, p. 8, Nov.1992. Disponível em: <https://bit.ly/3RrXjX7> . Acesso em: 10/05/2022.
- FIGUEIREDO, Cristiane Mello de. **A educação de jovens e adultos no DF: Normatização e reflexos no cotidiano escolar**. UniCEUB. Faculdade de Ciências da Educação. Brasília, 2006. Disponível em: <https://bit.ly/3cdTKDF> . Acesso em: 30/05/2022.
- MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. **Recorte de jornal sobre os vinte anos da instalação da rede oficial de ensino**. Brasília, 16/05/1980. Disponível em: <https://bit.ly/3cf9wyd> . Acesso em 17/05/2022.
- MUSEU DA EDUCAÇÃO DO DISTRITO FEDERAL. Fundação Educacional do Distrito Federal. **Revista Informe-se**. Assessoria de Imprensa. Brasília, Nov.1986. Disponível em: <https://bit.ly/3z3P5gr> . Acesso em 25/05/2022.
- PORTAL MEMÓRIAS DA DITADURA. **Educação Básica**, [s.d]. Disponível em: <https://memoriasdaditadura.org.br/educacao-basica/>. Acesso em: 06/06/2022.
- PORTAL EDUCAÇÃO. **Reflexões sobre a história das políticas educacionais no Brasil**. Blog do Portal Educação. 7 de fevereiro de 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3IBvirW> . Acesso em: 05/05/2022.
- REIS, Tiago. **Década Perdida: o que aconteceu com a economia brasileira nos anos 80?** 16/07/2020. Disponível em: <https://www.sun0.com.br/artigos/decada-perdida/> . Acesso em 04/05/2022.
- ROCHA, Enid. **A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios**. 20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social, Anfiip, Brasília, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3OafTQl> . Acesso em: 10/05/2022.
- ROSSI, Luis. **Relações de poder no ensino público do Distrito Federal**. In: Revista SINPRO Educação - Ano I. Distrito Federal, outubro de 1990. Disponível em: <https://bit.ly/3P7OLTE> . Acesso em: 20/05/2022.
- SILVA, Hilanna Mayara Lessa; BEZERRA, Ada Augusta Celestino; SANTOS, Blenda Joyce dos. **Caracterizando a década de 1980 no Brasil: Em busca da identidade da educação Física**. Encontro Internacional de Formação de Professores e Fórum Permanente de Inovação Educacional, [S. l.], v. 10, n. 10, 2017. Disponível em: <https://bit.ly/3P7J87J> . Acesso em: 04/05/2022.
- TOLENTINO, Maria Antônia Honório. **Educação continuada e trabalho docente no bloco inicial de alfabetização: o caso de uma escola da rede pública do Distrito Federal**. 2007. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação)-Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/2922> . Acesso em: 08/06/2022.
- VASQUES, Cristiane Cordeiro; ANJOS, Maylta Brandão dos; SOUZA, Vera Lucia Gomes de. **Políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA)**. Revista Educação Pública, v. 19, nº 16, 13/08/ 2019. Disponível em: <https://bit.ly/3P4oXI7> . Acesso em: 06/06/2022.

Quadro 1 - Escolas criadas na década de 1980

Regional de Ensino	Código Inep	Nome Atual	Primeiro nome da Escola	Ano de Criação Oficial	Início das Atividades	Situação em 2022
Planaltina	53006518	Escola Classe Paraná	Não houve alteração	1980	1978	Ativa
Paranoá	53006720	Centro Educacional do PAD/DF (Programa de Assentamento Dirigido do DF)	Escola Classe PAD-DF	1980	1978	Ativa
Ceilândia	53008120	Escola Classe Córrego das Corujas	Não houve alteração	1984	1979	Ativa
Planaltina	53006380	Escola Classe Córrego do Meio	Não houve alteração	1981	1979	Ativa
Ceilândia	53008340	Escola Classe 35 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1979	Ativa
Ceilândia	53007913	Escola Classe 36 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1979	Ativa
Ceilândia	53007964	Escola Classe 43 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1979	Ativa
Ceilândia	53007530	Centro Educacional 06 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53003802	Centro de Ensino Especial 01 de Ceilândia	Escola Classe 42 de Ceilândia	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53007930	Escola Classe 38 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53007999	Escola Classe 46 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53007344	Centro de Ensino Fundamental 13 de Ceilândia	Escola Classe 49 de Ceilândia	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53007522	Centro de Ensino Fundamental 25 de Ceilândia	Centro Educacional 05 de Ceilândia	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53007980	Escola Classe 45 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53008014	Escola Classe 48 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53008030	Escola Classe 52 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53007972	Centro de Ensino Fundamental 33 de Ceilândia	Escola Classe 44 de Ceilândia	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53007352	Centro de Ensino Fundamental 14 de Ceilândia	Escola Classe 51 de Ceilândia	1980	1980	Ativa
Plano Piloto	53001842	Escola Parque 210-211 Norte	Não houve alteração	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53007905	Escola Classe 34 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1980	Ativa
Paranoá	53006879	Escola Classe Lamarão	Não houve alteração	1981	1980	Ativa
Ceilândia	53008006	Escola Classe 47 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53007956	Escola Classe 40 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53008022	Escola Classe 50 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53007395	Centro de Ensino Fundamental 18 de Ceilândia	Escola Classe 41 de Ceilândia	1980	1980	Ativa
Gama	53003055	Escola Classe Ponte Alta de Cima	Não houve alteração	1980	1980	Ativa
Ceilândia	53007310	Centro de Ensino Fundamental 10 de Ceilândia	Escola Classe 53 de Ceilândia	1980	1981	Ativa
Plano Piloto	53009410	Centro de Ensino Fundamental 01 do Lago Norte	Escola Classe e Jardim de Infância Lago Norte	1981	1981	Ativa
Ceilândia	53007328	Centro de Ensino Fundamental 11 de Ceilândia	Escola Classe 54 de Ceilândia	1980	1981	Ativa
Plano Piloto	53001010	Centro de Ensino Médio Asa Norte - CEAN	Centro Educacional Asa Norte - CEAN	1981	1981	Ativa
Ceilândia	53007948	Escola Classe 39 de Ceilândia	Não houve alteração	1980	1981	Ativa
Ceilândia	53007603	CEP – Escola Técnica de Ceilândia	Centro de Educação Profissional - Ceilândia	1981	1981	Ativa
Planaltina	53006372	Escola Classe COPERBRÁS	Não houve alteração	1983	1981	Ativa
Planaltina	53006348	Escola Classe Barra Alta	Não houve alteração	1981	1981	Ativa
Paranoá	53006860	Centro de Ensino Fundamental Jardim II	Escola Classe Jardim II	1982	1981	Ativa
Plano Piloto	53001893	Escola do Parque da Cidade - PROEM (Promoção Educacional)	Não houve alteração	1981	1981	Ativa
Plano Piloto	53001966	Escola Classe da Ação Social do Planalto	Incorpora a Escola Anchieta à Escola da Ação Social do Planalto	1981	1981	Paralisada
Ceilândia	53007921	Centro Educacional 11 de Ceilândia	Escola Classe 37 de Ceilândia	1980	1982	Ativa
Planaltina	53006232	Escola Classe 07 de Planaltina	Não houve alteração	1982	1982	Ativa
Brazlândia	53005023	Centro Educacional 02 de Brazlândia	Não houve alteração	1982	1983	Ativa
Planaltina	53006070	Centro de Ensino Médio 02 de Planaltina	Centro Educacional 02 de Planaltina	1982	1983	Ativa
Plano Piloto	53008855	Escola Classe 08 do Cruzeiro	Não houve alteração	1982	1983	Ativa
Plano Piloto	53009436	Centro de Ensino Fundamental 01 do Varjão	Escola Classe do Varjão	1984	1983	Ativa
Taguatinga	53004388	Centro de Ensino Fundamental Vila Areal	Escola Classe Vila Areal	1988	1983	Ativa
Plano Piloto	53001524	Escola Classe 115 Norte	Não houve alteração	1983	1984	Ativa
Plano Piloto	53001664	Escola Classe Beija Flor	Escola Classe 316 Norte	1983	1984	Ativa
Planaltina	53006240	Centro de Ensino Fundamental 08 de Planaltina	Escola Classe 08 de Planaltina	1984	1984	Ativa
Brazlândia	53004990	Centro de Ensino Fundamental 01 de Brazlândia	Centro de Ensino de 1º Grau 01 de Brazlândia	1984	1984	Ativa
Sobradinho	53005791	Escola Classe Sítio das Araucárias	Não houve alteração	1985	1985	Ativa
Núcleo Bandeirante	53009312	Centro de Ensino Fundamental 01 da Candangolândia	Centro de Ensino de 1º Grau 02 do Núcleo Bandeirante	1985	1985	Ativa

Regional de Ensino	Código Inep	Nome Atual	Primeiro nome da Escola	Ano de Criação Oficial	Início das Atividades	Situação em 2022
Brazlândia	53005198	Centro de Ensino Fundamental INCRA 07 de Brazlândia	Escola Classe INCRA 07	1985	1985	Ativa
Brazlândia	53005155	Escola Classe Bucanhão	Não houve alteração	1985	1985	Ativa
Brazlândia	53005163	Escola Classe Chapadinha	Não houve alteração	1985	1985	Ativa
Brazlândia	53005201	Escola Classe Polo Agrícola da Torre	Não houve alteração	1985	1985	Ativa
Taguatinga	53004299	Escola Classe 55 de Taguatinga	Escola Classe 48 de Taguatinga	1985	1985	Ativa
Sobradinho	53009444	Escola Classe Olhos D'Água	Não houve alteração	1985	1985	Ativa
Taguatinga	53004280	Centro de Ensino Fundamental 16 de Taguatinga	Escola Classe 47 de Taguatinga	1985	1985	Ativa
Paranoá	53006747	Escola Classe 01 do Paranoá	Não houve alteração	1985	1985	Ativa
Paranoá	53005716	Escola Classe Cora Coralina	Escola Classe Córrego de Sobradinho	1985	1985	Ativa
Gama	53009380	Centro Educacional Casa Grande	Escola Classe Casa Grande	1987	1985	Ativa
Paranoá	53006887	Escola Classe Natureza	Não houve alteração	1985	1985	Ativa
Planaltina	53006909	Escola Classe São Bernardo	Escola Classe Colônia Agrícola São Bernardo	1985	1985	Extinta
Núcleo Bandeirante	53006968	Centro Educacional Agrourbano Ipê Riacho Fundo	Centro de Ensino de 1º Grau Agrourbano Ipê	1988	1986	Ativa
Taguatinga	53004302	Centro de Educação Infantil 06 de Taguatinga	Escola Classe 49 de Taguatinga	1986	1986	Ativa
Ceilândia	53004353	Escola Classe 55 de Ceilândia	Não houve alteração	1989	1986	Ativa
Brazlândia	53005112	Escola Classe 06 de Brazlândia	Não houve alteração	1988	1987	Ativa
Núcleo Bandeirante	53009320	Escola Classe 01 da Candangolândia	Escola Classe Candangolândia	1988	1987	Ativa
Taguatinga	53004310	Escola Classe 50 de Taguatinga	Não houve alteração	1987	1987	Ativa
Plano Piloto	53000714	Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais - CEE	Setor de Deficientes Visuais do Centro do	1987	1987	Ativa
Sobradinho	53005600	Centro Interescolar de Línguas de Sobradinho	Não houve alteração	1988	1988	Ativa
Núcleo Bandeirante	53006992	Escola Classe Agrovila II	Não houve alteração	1989	1988	Ativa
Ceilândia	53003969	Centro Interescolar de Línguas de Ceilândia	Não houve alteração	1988	1988	Ativa
Ceilândia	sem Código	Escola Classe 54 de Ceilândia	Escola Classe da QNM 14 Ceilândia Norte	1988	1988	Extinta
Ceilândia	53008065	Escola Classe 57 de Ceilândia	Escola Classe QNP 14	1988	1988	Extinta
Taguatinga	53004329	Centro de Educação Infantil 03 de Taguatinga	Escola Classe 51 de Taguatinga	1989	1989	Ativa
Paranoá	53006755	Escola Classe 02 do Paranoá	Não houve alteração	1989	1989	Ativa
Guará	53008707	Jardim de Infância Lúcio Costa	Não houve alteração	1989	1989	Ativa

Fonte: Dados elaborados pelas autoras.